

Alerta Vigilant

Boletim do Sector da Vigilância do PCP

Aumentar Salários Menos de 150 euros é roubo

É urgente aumentar os salários, num momento em que se discute a revisão das tabelas salariais e dos contratos colectivos de trabalho (CCT) da vigilância, afirmamos que aumentos abaixo de 150 euros, é roubar os vigilantes.

Actualmente está a ser negociado com a AES (Associação de Empresas de Segurança) o aumento salarial. Parece que oferecem 3%, fazendo as contas dá cerca 26 Euros! O que se impõe é o aumento de salário! Não inferior a 150 euros.

Continuar a aceitar as propostas dos patrões relativas ao aumento de salário, que, na verdade são cortes de salário (dado que tudo aumenta), isto é, ceder constantemente perante os patrões.

O custo de vida não para de aumentar e apesar do sobe e desce da taxa inflação, estima-se que o valor médio inflação em 2023 seja de 5,4%, para além do brutal aumento do custo de vida de 2022 que não foi compensado com o aumento dos salários. Pelo contrário, o salário real desceu.

Temos também de considerar o brutal aumento das taxas de juro e o valor das rendas. Estão a fazer disparar os juros do crédito à habitação, que se tornou num verdadeiro “garrote” à vida dos trabalhadores. Já houve 10 aumentos das taxas de juro. Mas os bancos no seu conjunto apresentam *11 milhões de euros por dia* de lucro. É importante ter em atenção que crédito à habitação não é considerado no cálculo da taxa de inflação.

É urgente que os vigilantes se unam e reivindiquem melhores salários. O descontentamento é crescente e generalizado, mas não está a encontrar uma resposta organizada, que seja capaz de mudar a correlação de forças com os patrões e projectar a unidade dos trabalhadores deste sector. Terão de discutir e decidir as acções de lutas a desenvolver, quer sejam greves, manifestações, plenários ou simples abaixo-assinados.

A marcação de acções de luta, pode mudar o rumo do sector dos vigilantes, pode ter um enorme potencial no presente e no futuro para a melhoria dos salários e das condições de vida da segurança privada.

Levanta-te e luta!

Os 3 pontos fundamentais para exigir aos patrões

Acabar com o desrespeito à lei (Contrato colectivo de trabalho).

O incumprimento das empresas de vigilância são incontáveis, roubo nas horas extra e nas horas nocturnas, escalas ilegais, pacotes pagos "por fora", transmissões de estabelecimento à "balda", vigilantes com mais de 55 anos com horário nocturno, etc.

Direitos fundamentais

que não existem. É essencial discutir a criação de uma carreira profissional, a valorização do trabalho por turnos e nocturno, a valorização do trabalho suplementar, subsídio de risco e acabar com o negócio da formação profissional.

A emergência de aumentar

salários. Os salários têm de aumentar, isto é claro para todos os vigilantes, ano após ano vêm o salário diminuir assim como o poder de compra.

11

Novembro
manif nacional

Pelo aumento dos salários
Contra o aumento do custo de vida
Pelo direito à habitação
Pelo direito à saúde

Todos à manifestação da CGTP-IN

Lisboa | 15h
Príncipe Real

OS LUCROS DO PATRÃO

O Bom, o Mau e o Vilão

Numa entrevista à TSF, no passado dia 22 de Setembro, dada pelo presidente da AES (Associação de Empresas de Segurança), Rogério Alves, não podemos deixar de notar o tom de vitimização. Segundo a entrevista, existem uns "vilões" da AESIRF (Associação Nacional de Empresas de Segurança) que estão a explorar "à bruta os trabalhadores, isto porque existem uns "mauzões" do Estado que estão a escolher a empresa conforme os preços mais baixos, (como se não houvesse exemplos disso no privado, iguais ou piores, situação dos vigilantes em supermercados, ou em grandes obras). E AES, que aqui classificamos ironicamente como

os "bonzinhos", que estão a ser totalmente prejudicados porque não conseguem aceder aos concursos.

Esta é uma falácia repetida muitas vezes. E que não podemos deixar que se torne verdade.

- Não esqueçamos os lucros e o volume de negócios que empresas como a Securitas, Prosegur ou a Strong-Charon, apresentaram nos últimos anos, apesar de haver oscilações.

- Relembramos ainda as notícias que vieram a público sobre a cartelização dos preços nas empresas do sector, em que as maiores empresas da AES estavam quase todas envolvidas.

- A Charon quando apareceu desempenhou exatamente esse

papel no sector vigilância, concorrer com valor mais baixo. O Estado resolveria parte do problema se contratasse diretamente os vigilantes, poderia poupar dinheiro (evitando os lucros das empresas de vigilância), pagar mais aos vigilantes e evitaria estas falcaturas que hoje se multiplicam. O problema de fundo é o modelo de prestação de serviços que está criado, é deste caos no mercado de concorrência a todo o custo, sabemos que os grandes estarão sempre à espera da próxima curva para comerem os mais pequenos, e que todos desejam pagar o mínimo possível a um vigilante e que este faça o maior número de horas possível.

Horários Dignos

A par da discussão dos salários vem também a discussão dos horários, um direito totalmente desrespeitado na vigilância. É preciso falar daquilo que não está no contrato (CCT), e do que está, mas não é respeitado. Não pode ser! Os vigilantes têm direito a estar com a família, de fazer horários dignos e não se matarem a trabalhar.

Quando um posto obriga a trabalhar aos fins de semana, o trabalhador tem de ser remunerado por isso.

Quando um posto exige que se trabalhe durante a noite, os trabalhadores têm de ter um acréscimo significativo no seu

salário, e ver assegurada às suas condições de saúde (física e mental). Não somos carne para canhão.

Quando se fazem mais do que 173 horas mensais tem de se receber horas extraordinárias, pagas como deve ser (é comum as empresas fugirem ao pagamento, e quando pagam geralmente é 33%, valor ridiculamente baixo que nem corresponde ao que está no contrato colectivo).

Enquanto ficar mais barato massacrar a vida do vigilante, e explorar ao máximo para tirar o máximo lucro, nada irá mudar. São postos a 12 horas, com uma ou

duas folgas, vigilantes a fazer 200 e muitas horas, há casos que chegam às 300 horas mensais e para quê? Levar mais meia dúzia de tostões para casa.

E assim se torna numa "pescada com rabo da boca", quem trabalha é empurrado para fazer 200 e muitas horas, porque os salários não chegam para as despesas, sujeitando-se às condições impostas pelos patrões, assim sendo, os baixos salários e o excesso de carga horária estarão sempre aliados. Até o dia em que a correlação de forças entre os trabalhadores e os patrões mude.